

6. Conclusão

6.1.

José Cavalcante: A História inacabada.

Meses após minha volta do encontro com a família de Ludgero Prestes no interior de São Paulo recebi o recado de que uma senhora havia telefonado para a PUC-Rio me procurado. Queria falar sobre um sobrevivente de Canudos. Entrei em contato com Núbia Cavalcante Reis, a pessoa que telefonara, e fui ao seu encontro. Núbia contou que seu pai, José Cavalcante Reis, era uma das crianças sobreviventes da guerra de Canudos, e havia revelado sua verdadeira origem à filha apenas em 1958, quando ela já era adulta e estava casada.

Da conversa, ela recorda pouca coisa, apenas que José lembrava ter chegado a Canudos com o pai, a mãe e os irmãos. O pai de José tinha ido trabalhar no arraial, e era comerciante. Não sabia ao certo de que localidade a família era originária, nem de onde saiu para Canudos, mas lembrava vivamente da longa viagem de *Marinete*, designação dada no nordeste para os antigos ônibus de bagageiro no teto, motor dianteiro e com 20 lugares. José também não sabia quantos anos tinha quando mudou-se para Canudos, mas na guerra estava com 6 para 7 anos, o que permite concluir que deve ter nascido entre 1890 e 1891. Moravam em uma casa grande, com revestimento, provavelmente caiada e tinham *uma mucama*.²²³

Alguns trabalhos sobre Canudos citam uma diferenciação de moradias, indicativa de uma hierarquia social no interior do arraial. Haveria, segundo alguns relatos, um local conhecido como *Casas Brancas*, por serem as paredes externas das moradias revestidas de cal, e nelas moravam as famílias de mais posses, principalmente os comerciantes do arraial. No entanto, o que Núbia Cavalcante Reis se recorda do relato de seu pai, reporta a primeira menção à existência de empregados domésticos em Bello Monte entre todas as que chegaram a meu conhecimento.

José não se lembrava do nome de seu pai ou dos irmãos, recordava-se apenas que a mãe era chamada de Bibiana. A única Bibiana localizada nas

²²³ Núbia Cavalcante Reis entrevista concedida a Vanessa S. V. Monteiro, Rio de Janeiro em 12.06.08. Todas as informações sobre a vida de José Cavalcante foram obtidas nessa entrevista.

narrativas de sobreviventes de Canudos era a professora Maria Bibiana. Segundo Maria Guilhermina, uma das crianças sobreviventes que deixaram relatos, ela seria do Soure e morreu durante a campanha militar. Euclides da Cunha cita essa Bibiana em sua Caderneta de Campo: *bonita moça, cabocla, mulata, abandonada pelo marido*. Assim, provavelmente não era essa a Bibiana mãe de José Cavalcante, que além de morar com o marido e os filhos, não seria provavelmente mulata ou cabocla, uma vez que José Cavalcante era, segundo sua filha, branco, louro e de olhos azuis.

José contou à filha que estava brincando na rua quando viu os soldados que atiravam, foi atingido por balas, mas conseguiu correr até sua casa. Ao entrar em casa, viu a mucama caída, ensangüentada, com seu irmão mais novo no colo, e não teve coragem de verificar se estava morta, mas foi essa a impressão que teve. Correu então em direção à margem do Vaza-Barris. Neste ponto, um soldado apareceu e o pegou. A partir daí a lembrança ficou enevoada, é provável que tenha desmaiado por causa dos ferimentos. Recordava-se vagamente de ter sido colocado em uma barca e nada mais. O que novamente causa estranhamento, pois o meio de transporte mais usado para chegar até Salvador era a pé ou em lombo de burro até a estação de trem mais próxima. Há várias narrativas de feridos que chegaram à capital baiana pela estação de estrada de ferro.

No corpo, trazia as marcas de bala que mostrou à filha: duas no braço e uma na barriga. Foi criado em Salvador pela família do Sr. Zinho de Araújo Góes. Núbia não soube informar o primeiro nome de Zinho, apenas o apelido. José Cavalcante não incorporou o sobrenome de seu tutor, e a família não sabe o por que do sobrenome Cavalcante, mas José acreditava que este não era o sobrenome de seus pais biológicos, e sim um sobrenome que recebeu ao chegar a Salvador.

Zinho de Araújo Góes era um homem de posses, morava em um grande sobrado no bairro de Brotas, em Salvador. Tinha filhos biológicos e uma das suas filhas teria se casado, ainda segundo relato de Núbia, com Lafayette Coutinho de Albuquerque, um paraibano radicado desde os tempos de estudante de medicina em Salvador, e depois professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, secretário de agricultura e, posteriormente, secretário de segurança do Estado.

Na Casa de Zinho de Araújo Góes, José aprendeu a ler e a escrever nas aulas que teve com uma das filhas de Zinho, mas nunca frequentou a escola. Aos treze anos de idade fez um teste para os Correios e Telégrafos, e passou a trabalhar com o telegráfo.

José seguiu carreira nos Correios e, pelo que conta a família, aposentou-se como diretor geral da agência dos correios da Praça do Comércio, na Cidade Baixa, após quarenta e dois anos de serviços prestados. Aproximadamente em 1916 casou-se com Maria Amália Gomes Vianna, dez anos mais nova que ele e filha de uma tradicional família baiana, com quem teve 7 filhos. José morreu em 1972, com cerca de oitenta e dois anos de idade.

Entrei em contato com a irmã de Núbia, em Salvador, mas obtive apenas a lacônica informação de que não restaram documentos, pistas ou vestígios que possibilitem uma pesquisa mais detalhada. Fiz ainda, uma tentativa de localizar a história profissional do provável antigo diretor da agência da Praça do Comércio junto aos Correios, mas os documentos da época, ao que parece, não foram preservados ou ao menos não foram localizados. Ainda segundo Núbia, sua família não mantém contato com os descendentes de Zinho de Araújo Góes há muitos anos e todos os que conheceram ou conviveram com José já morreram.

Não foi possível retrair a história de José Cavalcante Reis. Os dados que puderam ser obtidos foram apenas aqueles que sua filha mais nova conseguiu lembrar a partir de uma conversa que teve com o pai, por volta de 1958, quando este revelou sua identidade. A filha, surpresa, ouviu atentamente enquanto o pai narrava suas lembranças, mas não anotou nada. Guardou a revelação do segredo de seu pai em seu coração, *de cor*, portanto. Foi a única vez que conversaram sobre o assunto. E aquela única conversa não foi retomada, o que denota o quanto foi difícil para ambos reabrir as cicatrizes das feridas de Canudos.

A história de José, da qual o único testemunho encontrado foi o relato de sua filha Núbia, parece sublinhar que, no caso do menino que chegou a Salvador com o corpo ferido pelas balas da guerra do sertão e o coração marcado para sempre por feridas ainda mais profundas, o caminho trilhado foi, ao mesmo tempo, único e semelhante ao de outras crianças de Canudos.

Foi um caminho único porque só José soube o peso de seus medos e de seu sofrimento. Depois dos tiros que interromperam sua brincadeira na rua e o feriram, o menino correu para casa ferido, e ao encontrar a mulher que chamava de mucama ensanguentada possivelmente morta com seu irmãozinho no colo, correu de novo, porque, no que Núbia guardou da conversa com o pai “*não teve coragem de ver se estava morta*”. Um soldado *pegou* o menino ferido, que tempos depois chegou a Salvador e foi recolhido por um homem de posses. Aprendeu a ler e a escrever no sobrado de Brotas, e provavelmente por influência da família da boa sociedade baiana que o recolheu, conseguiu um emprego público nos Correios de Salvador. Nos Correios, José teve aparentemente uma carreira bem sucedida, já que chegou a ser diretor da agência da Praça do Comércio. Fora o terror e a dor das feridas físicas e morais que trouxe consigo, esqueceu quase tudo de Canudos, mas nunca esqueceu que a mãe nunca mais vista chamava-se Bibiana. E um dia resolveu contar o pouco que lembrava a Núbia, sua filha caçula.

Foi também um caminho semelhante ao de algumas outras crianças, como as que um dia foram Ludgero e Melchíades. Ao contrário do que sucedeu a tantos outros meninos e meninas, alguém *pegou* os meninos sobreviventes, não importa se um soldado anônimo, como no caso de José; se o Alferes Bonoso, como no caso de Melchíades; ou um dos maiores escritores brasileiros, como aconteceu com Ludgero. E alguém recebeu um desses meninos em Salvador, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em qualquer outro lugar. E os meninos cresceram, seguiram seus caminhos e muito pouca gente soube que, quando pequenos, viram os horrores da guerra.

José, Melchiades e Ludgero que quando meninos ouviram e viram o Conselheiro porque seus pais acreditaram naquela terra prometida da caatinga, depois que o sonho de seus pais morreu debaixo da artilharia pesada, foram levados para dentro de outra utopia, a que sonhava transformar aqueles meninos vistos como filhos da barbárie e do atraso em cidadãos de uma república que se queria portadora da civilização e do progresso. Para os três, o caminho era o do trabalho.

A república recém imposta atribuiu-se a tarefa, nada trivial, de construir uma ética positiva do trabalho em uma sociedade que aprendera com séculos de

escravidão a desvalorizar o trabalho. Os homens que imprimiam direção à república viam no trabalho uma das formas de ordenar a sociedade e de regenerar o futuro. E se, pela força, a polícia, a medicina e os magistrados tinham como atribuição retirar das ruas das cidades os que relutavam em acreditar que o trabalho duro e mal remunerado reservado aos pobres dignificava e garantia uma vida digna, a escola e o serviço militar obrigatório deveriam ordenar os corpos, as mentes e os corações da infância e da juventude do país para que, no futuro, o Brasil contasse com cidadãos ordeiros e trabalhadores.

Ludgero, pela mão de seu tutor Gabriel Prestes, tornou-se professor e diretor de escola em cidades do interior paulista. Melchiades cresceu entre militares e fez carreira no exército. E José foi trabalhar nos Correios de Salvador. Cada um dos três tornou-se um trabalhador exemplar em seu ofício e cada um deles, pelos misteriosos caminhos do destino, seguiu uma das estreitas vias que permitiam alguma mobilidade social naquela sociedade fortemente estratificada, o magistério, a carreira militar e o funcionalismo público. Dos três, o único que deixou suas memórias por escrito foi o filho de Regina e Martins Rodrigues Montes, em quem o exército não conseguiu apagar as nítidas lembranças de Canudos e o desejo de deixá-las registradas para a posteridade.

Walter Benjamin escreveu certa vez que *se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso*²²⁴. Por isso mesmo a narrativa é tão importante e, ao mesmo tempo, tão delicada. Núbia narra para que a identidade de José, seu pai não se perca, não acabe com ela, narra para contar a história de um menino privado da família, do nome, das lembranças. Narra o que, um dia, seu pai contou para ela.

Criado por uma família como uma espécie de *cria da casa*, José chamava os donos do sobrado de Brotas de *padrinho* e *madrinha*. Um subterfúgio muito comum no interior do Brasil, expressão da relação de compadrio que aproxima através do parentesco simbólico real ou imaginário, mas mantém claras as relações de poder, dependência e muitas vezes de submissão. Espero que algum dia seja possível preencher as lacunas da história de vida do jaguncinho José Cavalcante e contar toda a sua história.

²²⁴ GATTAZ. Op. Cit.

6.2. Três meninos de Bello Monte

São três exemplos, três meninos de idades muito próximas quando a guerra devastou Bello Monte, três destinos forjados e modificados pelo conflito. Cada um deles foi submetido a uma forma de ordenação diferente, e percorreu caminhos distintos para transformar-se em cidadão e entrar na seara da civilização e do progresso.

O único que teve acesso ao mundo letrado através dos bancos escolares foi Ludgero, em função da própria profissão e das convicções de seu tutor. Melchiades e José nunca frequentaram a escola, destinada aos meninos de outra origem social, e construíram suas vidas pelos meios de ascensão disponíveis para os pobres, o exército e o trabalho, especificamente o funcionalismo público. Foi muito comum no Brasil da época a ascensão social pela via do funcionalismo público para rapazes oriundos das camadas baixas e médias, sempre e quando fosse possível contar com alguma forma de apadrinhamento que lhes abrisse as portas de um emprego público.

Já a Constituição de 1824 no seu artigo 179, item XIV, determinava que *todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja por seus talentos e virtudes*²²⁵. A primeira Constituição republicana, de 1891, reiterou a possibilidade desse acesso a todos os brasileiros. A letra da lei garantia o primado do mérito, embora, na prática, muitas vezes não tenha sido propriamente esse o critério predominante para a obtenção de cargos públicos.

As três vidas retratadas têm em comum o êxito nas atividades a que se dedicaram. Ludgero chegou a diretor de escola, José Cavalcante foi diretor da agência dos Correios onde trabalhou e Melchiades fez a carreira possível dentro do exército para quem não tinha escolaridade e recebeu muitos convites e homenagens como civil, depois de reformado.

Outro aspecto comum parece ter sido a ausência de vínculos e relações afetivas com as famílias de seus tutores. Além, é claro, de nenhum deles terem

²²⁵ Lívia BARBOSA. Meritocracia à Brasileira: O que é desempenho no Brasil? IN Revista do Serviço Público. Ano 47. Vol 120. nº 3, 1996.

sido adotados formalmente por seus tutores. Os sobrenomes, em uma sociedade fortemente hierarquizada, constituem uma marca de distinção e localizam um indivíduo na hierarquia social. Ludgero teve o sobrenome de seu tutor, ainda que de empréstimo, e o legou a seus descendentes. Melchiades não apagou de seu nome próprio sua origem primeira: seu nome e seu sobrenome foram sempre os que recebeu de seus pais sertanejos. José não manteve seu nome de origem, nem incorporou o de seu tutor, ganhou um nome inventado. Os três meninos ocuparam um lugar dúbio nas famílias que os receberam, um espaço fronteiro ao mesmo tempo dentro e fora da família, como afilhados, filhos de criação, protegidos, crias da casa ou qualquer outro nome que se possa dar a relações fundadas a partir de uma clara assimetria. Melchiades e Ludgero, inclusive, passaram pelas mãos de mais de um *protetor*. Assim, as relações familiares densas serão ou bem as de origem, que nenhum deles parece ter esquecido, mesmo levando-se em conta que José, que nunca esqueceu de Bibiana, não se lembrasse do nome de seu pai, mas sim de sua ocupação e de detalhes da vida da família em Canudos; ou bem as construídas a partir do núcleo familiar que eles próprios formaram após o casamento. E os vazios em suas trajetórias tiveram lugar central na vida de cada um deles: a família de origem, a primeira infância, a casa paterna e o que nela aprenderam, Canudos e a guerra que viram com olhos de meninos.

Para as famílias que formaram, legaram além de seus valores e maneiras de educar, suas histórias, ainda que tardiamente contadas como foi o caso de José, mas de certa forma deixaram também como herança e marca de distinção seu passado de meninos de Canudos. Durante muito tempo a ancestralidade jagunça, a herança do passado conselherista não era motivo de orgulho, mas antes de preocupação. Nenhum deles prosperou a ponto de enriquecer. Ludgero não deixou bens e Beatriz, sua mulher, trabalhou muito para sustentar a família. Gabriel, o filho mais velho de Ludgero, ingressou no serviço público em 1939 como fiscal do imposto de renda do Estado de São Paulo e aposentou-se do cargo em 1967. Melchiades, mesmo depois de estar na reserva, continuou a trabalhar para sustentar a família. Seu filho Eddy seguiu os passos do pai e fez carreira no exército, onde aposentou-se com a patente de coronel. José criou os filhos com seu trabalho nos Correios e Telégrafos. Hoje as famílias se orgulham deles e de sua origem e, por isso, fizeram questão de contar suas histórias.

Desenraizar, desagregar a memória do que havia sido vivido e diluí-la em uma dada versão da História. Desalojar a lembrança do vivido do solo sagrado da memória²²⁶ e construir uma representação de Canudos associada à barbárie e ao atraso no imaginário coletivo, e reconstruir, assim, aquilo que já não era, implica sempre na adesão a uma determinada visão de mundo, a uma dada versão dos fatos. A memória oficial ditou sua versão da guerra enquanto os sobreviventes e seus descendentes permaneceram calados. Havia um temor ao desrespeito à profilaxia republicana do silêncio. Segundo Le Goff: *a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objetivo de poder*²²⁷.

O que eles queriam mesmo era acabar com os vestígios de Canudos, para que todo aquele museu arqueológico da história de Canudos ficasse submerso nas águas. Para que a história de Canudos só fosse conhecida pelos livros²²⁸

No entanto, mesmo submersas as ruínas do arraial conselheirista continuaram e continuam ressurgindo das águas a cada vazante. A tragédia humana foi transformada em História, mas, também a História dá muitas voltas e um dia voltou a se interessar por aqueles homens e mulheres anônimos que haviam vivido a guerra, quis ouvir suas vozes e os trouxe para o centro de seus debates.

E, mais de um século depois de arrasada a *Tróia de taipa* que foi o arraial de Antonio Conselheiro, as famílias dos três meninos – e, quem sabe, as de muitos outros meninos e meninas de Canudos - ainda querem e devem contar suas histórias.

Ao concluir este trabalho após sete anos de pesquisa, faço um balanço inevitável do que me trouxe até aqui e do que consegui. O que me moveu a começar a pesquisa foi uma aula de história do Brasil, uma fotografia de Flávio de Barros, a vontade de quebrar o silêncio, o inconformismo diante da violência, a utopia do sonho do Conselheiro, as palavras densas do livro vingador de Euclides, todos os motivos acima ou talvez nenhum deles, não sei, e também não importa sabê-lo. Importa o caminho trilhado. Importa, como uma vez me disse minha

²²⁶Cf. Pierre NORA. *Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993.

²²⁷ Idem *Ibidem* p. 46

²²⁸ José Alôncio Apud. Freire da SILVA. Op. Cit p 4

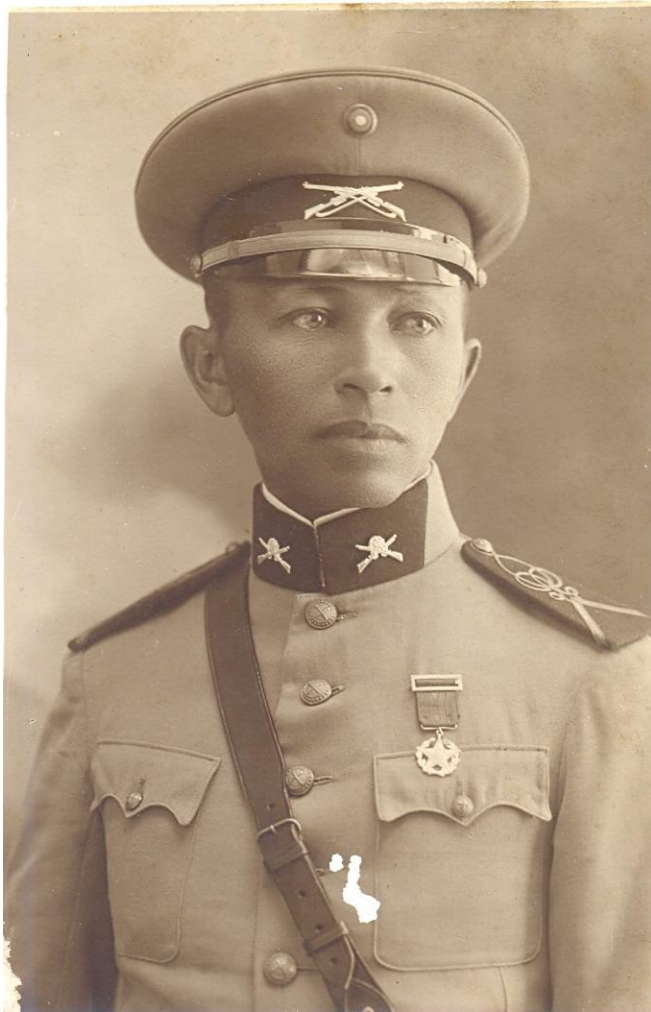
orientadora, que um dia, depois de horas e horas dedicada à pesquisa, as peças do quebra cabeças finalmente se encaixaram e eu pude juntar as duas pontas do início e do fim das vidas de Ludgero, de Melchiades e de José. E hoje pude contar a história de três jaguncinhos que quando meninos corriam pelas vielas de Bello Monte e cujos caminhos acabaram por inverter todos os sinais do destino.

Figura 10: Ludgero Prestes



Arquivo da família (1908)

Figura 11: Melchiades Rodrigues Montes



Arquivo da família (sem data)

Figura 12: José Cavalcante



Arquivo da família (sem data)